

NOTAS E INFORMAÇÕES

A calúnia de Lula



Os móveis que Lula acusou
Bolsonaro de surrupiar do
Alvorada nunca saíram de lá

Com estardalhaço incompatível com a dignidade da Presidência da República, Lula da Silva acusou Jair Bolsonaro e sua mulher, Michelle Bolsonaro, de terem “levado tudo” com eles do Palácio da Alvorada

– cerca de 260 móveis e objetos de decoração. Ou seja, patrimônio público. “Se fosse dele, ele tinha razão de levar mesmo, mas ali é uma coisa pública. Eu não sei por que tem que levar uma cama embora”, afirmou Lula durante um café da manhã com jornalistas no dia 12 de janeiro de 2023.

Exatamente uma semana antes do encontro do petista com a imprensa, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, havia conduzido uma equipe de reportagem da GloboNews por uma espécie de *tour* pela área privativa da residência oficial. Por meio da imprensa, Janja queria denunciar ao País o tal “sumiço” dos móveis e exibir o grau da degradação que Bolsonaro e Michelle teriam promovido no Alvorada.

A suposta rapinagem da residência oficial da família presidencial ensejou um gasto de quase R\$ 200 mil para aquisição de novo mobiliário, incluindo um sofá reclinável que custou R\$ 65 mil. Porém, muito mais escandalosas que o dispêndio desse montante de recursos públicos – que, a bem da verdade, caso fosse justificável, não seria excessivo considerando o local – são a mentira e a dissimulação do atual governo.

Os cerca de 260 móveis e peças de decoração que teriam sido surrupiados pelo casal Bolsonaro foram encontrados, ora vejamos, nas dependências do próprio Palácio da Alvorada. E o governo Lula da Silva sabia disso desde ao menos setembro do ano passado, mas nada disse. A informação foi obtida

pelo jornal *Folha de S.Paulo* por meio da Lei de Acesso à Informação.

É estarrecedor. O governo Lula da Silva escondeu da sociedade durante seis meses uma informação de interesse público – afinal, o presidente havia acusado seu antecessor de ter furtado patrimônio público, nada menos – apenas e tão somente para encobrir o que se revelou ser uma calúnia do petista. É disso que se trata. E um governo capaz disso, única e exclusivamente para sustentar um discurso político de oposição radical a um adversário político, é capaz de mentir sobre qualquer coisa para os cidadãos.

Ao supremo mandatário do País é imposto o dever da transparência, salvo casos excepcionais que envolvem questões ligadas à segurança nacional, entre outros temas previstos em lei. O sigilo dos atos da administração pública é exceção em qualquer país democrático. Ademais, espera-se que quem se dispõe a governar o País não precise exclusivamente de comandos legais para se comportar de maneira ética e responsável. Mas, nessa rinha particular entre Lula e Bolsonaro, parece valer tudo.

Fosse mais prudente, Lula aguardaria o inventário feito pela Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais, além de levantamentos de outros órgãos ligados ao patrimônio público, antes de lançar suas alegações. Mas contenção e humildade nunca foram o forte do petista – menos ainda nestes tempos em que os fatos parecem ter pouca importância. ●

Congresso

Deputados distribuem verba fora de redutos

Parlamentares conseguem recursos do Orçamento para ONGs e prefeituras distantes de seu colégio eleitoral

ANDRÉ SHALDERS
BRASILIA

Um grupo de deputados e senadores tem preterido seus redutos eleitorais na hora de destinar verbas do Orçamento por meio de emendas. Embora não seja ilegal, a prática faz com que as cidades do colégio eleitoral do parlamentar deixem de receber investimentos do governo federal para que o dinheiro seja destinado a local onde o congressista não atua.

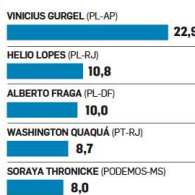
Levantamento do Estadão mostra que no Orçamento de 2024 deputados e senadores reservaram R\$ 412 milhões para entidades, prefeituras e governos estaduais fora de suas bases. Emendas parlamentares são modificações feitas por congressistas no texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para destinar dinheiro público aos locais onde têm votos.

Parte das emendas enviadas para outros Estados foi destinada a órgãos públicos com atuação nacional, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além de universidades federais. Mas cerca de R\$ 234 milhões não se encaixam nessas hipóteses. É dinheiro que foi para prefeituras e governos de outros Estados, ou para ONGs sediadas em outra unidade da

O TOP 5

Valor indicado por deputados para ONGs e prefeituras de fora de seus Estados

EM MILHÕES DE REAIS



FONTE: SIOP E LOA 2024 / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Federação – ainda que sob a justificativa de executar projetos no reduto do parlamentar.

Esse valor foi enviado por 138 deputados e senadores, de 14 partidos, que se elegeram por 24 Estados e Distrito Federal. Em 2024, o campeão do envio de emendas para fora do

Fora da área
Deputados argumentam que entidades beneficiam seus Estados, mesmo que tenham sede em outros

Estado de origem foi o deputado Vinicius Gurgel (PL-AP): 77,2% (R\$ 22,9 milhões) das emendas individuais dele foram para prefeituras fora do Amapá. Os repasses beneficiaram Ceará, Maranhão e Bahia.

DISTANTE. Para Esplanada

(BA), por exemplo, ele reservou R\$ 4 milhões. O prefeito de Esplanada, Nandinho da Serraria, é do PT e disse ao Estadão que não conhece Gurgel e que a emenda ainda não foi paga. “Geralmente, os deputados pedem para outros indicarem para o município... Só se foi através de um outro deputado do nosso”, afirmou o prefeito. Procurado, Gurgel disse que seu trabalho é representar “toda a população brasileira”. “É preciso promover o desenvolvimento econômico e social de todas as regiões do País.”

Na lista dos cinco congressistas que mais mandaram recursos para fora de seus Estados está, ainda, o deputado Helio Lopes (PL-RJ), com R\$ 10,8 milhões. Ele enviou R\$ 1,78 milhão a uma ONG registrada num imóvel na Casa Verde, na zona norte de São Paulo (SP), e, no endereço onde ela funcionaria, há uma loja chamada “Rainhas do Cabaré – Artigos Religiosos”. Lopes não respondeu à reportagem.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL. O deputado Alberto Fraga (PL-DF), por sua vez, reservou R\$ 10 milhões para a Organização Social IBSaúde, que gerencia hospitais em Porto Alegre e Canoas (RS). Na justificativa da emenda, ele diz que serão prestados serviços no Distrito Federal, embora a OS não tenha unidades no DF. Procurada, a IBSaúde não se manifestou.

Em quarto lugar na lista, Washington Quaquá (PT-RJ) mandou R\$ 8 milhões para a mesma IBSaúde, também sob a justificativa de que os recursos serão usados em projetos

no Rio, mesmo que a entidade não tenha bases em território fluminense. A assessoria do deputado disse que a ONG desenvolve projetos em todo o Brasil e que os recursos serão todos destinados a projetos no Estado do Rio, como atendimento odontológico e oftalmológico em favelas. “Os projetos estão sendo detalhados no InvestSUS e serão analisados pelo Ministério da Saúde.”

Fecha a lista a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que repassou R\$ 8 milhões para uma ONG sediada no Rio, o Instituto de Desenvolvimento Socioambiental (IDS). A entidade trabalha com iniciativas de agricultura familiar. Por meio de assessoria, a senadora disse que serão realizadas feiras do produtor em cidades de Mato Grosso do Sul, seu Estado. ●

O partido que entende que lugar de mulher é na política.

Filie-se e participe do PSD Mulher

www.psdmulher.org.br

flickr psdmulher55 @psdmulher55

psd mulher